

BRASIL: INOVAÇÃO TECNOLÓGICA PARA A ENTREGA DE UMA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL EFICIENTE NA JUSTIÇA ESTADUAL DE MATO GROSSO

BRAZIL: TECHNOLOGICAL INNOVATION TO DELIVER EFFICIENT JURISDICTIONAL PROVISION IN THE STATE JUSTICE OF MATO GROSSO

Felipe Coelho de Aquino 1
Samira de Vasconcellos Farias 2
Loyne Borges Andrade 3
Sandra Negri 4

Resumo: No Brasil, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) tem como objetivo aprimorar o desempenho por meio da efetivação das metas propostas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e com a finalidade de proporcionar um serviço de justiça mais célere e eficaz implementou a ferramenta tecnológica OMNI para das ciência de dados da gestão processual (OMNI, do latim a significar “o todo”), que disponibiliza aos gestores judiciários informações quanto aos procedimentos realizados nos processos judicializados para cada unidade judiciária. Desde a implementação em 2015, o OMNI influencia positivamente a produtividade do TJMT, especialmente quando comparado a outros tribunais de justiça com mesma configuração. O presente trabalho tem a finalidade de apresentar como o OMNI foi criado, objetivos e resultados obtidos na gestão de processos de 2015 a 2022, contando com a entrevista do desenvolvedor e criador do projeto. A eficiência do OMNI apresenta-se como um “case” de sucesso, segundo parâmetros do CNJ. O presente trabalho contribui para a gestão judiciária na medida em que apresenta o caminho trilhado por uma ferramenta tecnológica que tem direcionado a tomada de decisões de gestores, e auxiliado nos resultados positivos do TJMT. Como pesquisa futura sugere-se verificar as outras potencialidades que o OMNI oferece relacionada a análise de dados, tempo de atualização de dados, visando uma prestação jurisdicional mais eficiente.

Palavras-chave: ferramentas tecnológicas; análise de dados, gestão judiciária tecnológica; Conselho Nacional de Justiça brasileiro; Tribunal de Justiça de Mato Grosso.

Abstract: In Brazil, the Court of Justice of Mato Grosso (TJMT) aims to improve performance by achieving the goals proposed by the National Council of Justice (CNJ), and with the aim of providing a faster and more efficient justice service. effectively implemented the OMNI technological tool for the data science of procedural management (OMNI, from Latin meaning “the whole”), which provides judicial managers with information regarding the procedures carried out in judicial processes for each judicial unit. Since its implementation in 2015, OMNI has positively influenced the productivity of the TJMT, especially when compared to other courts of law with the same configuration. The present work aims to present how OMNI was created, objectives and results obtained in the management of processes from 2015 to 2022, with the interview of the developer and creator of the project. The efficiency of OMNI presents itself as a “case” of success, according to parameters of the CNJ. The present work contributes to judicial management insofar as it presents the path taken by a technological tool that has guided decision-making by managers, and aided in the positive results of the TJMT. As future research, it is suggested to verify the other potentialities that OMNI offers related to data analysis, data update time, aiming at a more efficient jurisdictional provision.

Keywords: technological tools; data analysis, technological judicial management; Brazilian National Council of Justice; Court of Justice of Mato Grosso.

- 1 Pós-Graduado em Gestão Pública Lato Sensu, E-G@v em Compliance pela Universidade Federal de Mato Grosso. Pós-Graduado Ciências Criminais pela Universidade Estácio de Sá. Graduado em Direito. Analista Judiciário do Tribunal de Justiça de Mato Grosso. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7777307952296395>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-2548-999X>. E-mail: felipe2411@gmail.com
- 2 Pós-Graduada em Gestão Pública Lato Sensu, E-G@v em Compliance pela Universidade Federal de Mato Grosso. Graduação em Direito pela Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal e graduação em Medicina Veterinária pela Universidade Anhanguera - Uniderp. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1469666267890592>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-5508-9856>. E-mail: samira.devasconcellos@gmail.com
- 3 Pós-Graduada em Gestão Pública Lato Sensu, E-G@v em Compliance pela Universidade Federal de Mato Grosso. Graduação em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas do Araguaia. Analista Judiciário da Tribunal de Justiça do Estado De Mato Grosso Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1601023333432195>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-8466-8837>. E-mail: loyne.andrade@tjmt.jus.br
- 4 Pós-doutoranda em Administração Pública na UTFPR. Doutorado em Administração aplicado à Administração Pública do Poder Judiciário brasileiro, UNINOVE. Mestre em Direito pela PUC/PR. Presidente do IBRAJUS. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa do Direito Araguaia (NUPEDIA-UFMT). Coordenadora do Projeto de Pesquisa “Administração Pública, Administração da Justiça e o Futuro do Direito”. Pesquisadora CNPq. Professora de graduação e Pós-Graduação na Universidade Federal de Mato Grosso - Campus Universitário do Araguaia (UFMT/CUA). Coordenadora de Pós-Graduação Lato Sensu. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4243015563182385>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3847-6456>. E-mail: sandra.negri.br@gmail.com

Introdução

A Constituição Federal brasileira (CF/88) é a norma máxima das leis do povo brasileiro. Ela estabelece o modelo de tripartição de poderes, ao prever que são poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

A justiça estadual é um dos órgãos do Poder Judiciário, está presente em todas as unidades da Federação e engloba a maior parte dos processos judiciais. Todavia, para o desenvolvimento deste trabalho, iremos nos aprofundar apenas no Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, em especial nas ferramentas tecnológicas inovadoras que auxiliam na busca do desenvolvimento da justiça, viabilizando rápida resposta às partes, com economia e eficiência.

Nesse sentido, cabe esclarecer que uma das maiores problemáticas enfrentadas pelo Judiciário diz respeito a sua morosidade. À vista disso preleciona Coelho (2017): “O judiciário brasileiro é notoriamente reconhecido pela sua lentidão, ineficiência e alto volume de processos”.

Arantes e Cavalcante (2018), aduzem que devido às demandas judiciais em números expressivos, torna-se cada vez mais necessário o investimento no setor de Tecnologia da Informação e Comunicação para que os órgãos judiciários tenham acesso às ferramentas tecnológicas eficazes. Por conseguinte, o Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, ao perceber a necessidade de convergir dados existentes nos mais diversos sistemas de informações, implementou no ano de 2015 um sistema de banco de dados denominado OMNI, capaz de concentrar toda a informação pertinente ao TJ/MT (2015).

Diante dos desafios da produtividade judiciária segue a seguinte questão de pesquisa: Quais as funcionalidades e limites da ferramenta OMNI utilizada na gestão de processos do Tribunal de Justiça de Mato Grosso?

Na busca por responder à questão de pesquisa, na fase exploratória optou-se pela entrevista semiestruturada, dirigida ao especialista em Tecnologia da Informação, Servidor do TJMT - Uiller Del Prado, onde se buscou explicar o uso dessa ferramenta.

Assim sendo, o objetivo geral da pesquisa busca analisar a inovação digital no Poder Judiciário Brasileiro. Diante disso os objetivos específicos subdividem-se em: a) analisar a eficiência da ferramenta tecnológica denominada OMNI na prestação jurisdicional do TJ/MT; b) verificar se o sistema cumpre o propósito de auxiliar na diminuição da taxa de congestionamento processual; c) comparar o uso da ferramenta tecnológica em diferentes cenários, utilizando como referência a comarca da Capital e a de Comarca de Paranatinga/MT.

Os limitadores da pesquisa encontrados foram a escassez de estudos sobre o tema, bem como o curto prazo para o desenvolvimento da pesquisa, além da incompletude de exploração de todo o potencial do sistema tecnológico, uma vez que se encontra inacabado.

Como indicativo de estudos futuros argumenta-se que é necessário acompanhar o desenvolvimento tecnológico da ferramenta, que dentre os objetivos a longo prazo, pretende promover a automação dos dados do TJ/MT e possivelmente até se operacionalizar um sistema intuitivo de inteligência artificial que irá auxiliar no andamento da marcha processual. Além do que, também se faz necessário avaliar a usabilidade do sistema, através de pesquisas de satisfação analisando as possíveis melhorias a serem implementadas.

O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso

A abrangência do presente estudo é limitada ao âmbito da Justiça Estadual de Mato Grosso (TJ/MT). Dessa forma, cabe esclarecer, que cada Estado brasileiro tem a atribuição de organizar a sua justiça, sendo que a Justiça Comum reúne a maior parte dos casos que chega ao Judiciário, já que se encarrega das questões mais comuns e variadas, tanto na área cível quanto na criminal.

A Justiça Estadual brasileira é estruturada em duas instâncias ou graus de jurisdição: 1º Grau: composto pelos Juízes de Direito, pelas varas, pelos fóruns, pelos tribunais do júri (encarregado de julgar crimes dolosos contra a vida), pelos juizados especiais e suas turmas recursais, sendo que os Juizados Especiais que têm competência para a conciliação, o processamento, o julgamento e a execução das causas cíveis de menor complexidade. E, 2º Grau: representado pelos Tribunais de

Justiça (TJs). Nele, os magistrados são desembargadores, que têm entre as principais atribuições o julgamento de demandas de competência originária e de recursos interpostos contra decisões proferidas no primeiro grau.

O objeto do presente estudo foi o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (TJMT), que completou 148 anos no dia 1º de maio de 2022. Sua história teve início com a fundação do Tribunal da Relação da Província, por meio do Decreto Imperial 2342/1873. Desde a sua criação e instalação, em 1874, o Tribunal da Relação ocupou várias sedes provisórias e, de todas, apenas uma fora sede própria, até que em 1976, pouco mais de um século depois de sua instalação, ele ganhou sua quinta sede - segunda sede própria - no Centro Político Administrativo (CPA), de acordo com TJMT (2019).

A informatização do Judiciário Estadual teve início no ano de 1980, quando foi adquirido um computador de médio porte, com capacidade para atender a demanda administrativa do TJMT. Nesta mesma época também teve início a informatização de alguns setores do edifício-sede. Sendo que em 2001 começou o programa de modernização do Judiciário, para reduzir o estoque e o tempo de tramitação processual, sob a condução do desembargador Leônidas Duarte Monteiro, segundo dados publicados no TJMT (2019).

Um marco considerável foi a implementação, no ano de 2022, do método O.R.D.E.M., que representa as iniciais das frases: “Organização do espaço de produção; racionalização do processo de produção; desenvolvimento dos recursos humanos; excelência no atendimento e motivação”. Método este voltado à organização do espaço de produção, racionalização do processo de produção, desenvolvimento dos recursos humanos, excelência no atendimento e motivação. Contudo, foi no ano de 2011 que o projeto-piloto do Processo Judicial Eletrônico (PJe) começou a funcionar no Juizado Especial de Fazenda Pública, no Fórum Desembargador José Vidal, em Cuiabá. Em 2013 o PJe foi expandido para o 2º Grau de Jurisdição. Em 2018 a versão do 2.0 do Processo Judicial Eletrônico passou a fazer parte da rotina do Poder Judiciário de Mato Grosso, conforme TJMT (2019).

A partir de sua instalação no Centro Político Administrativo, todo o esforço do TJMT como cabeça do Poder Judiciário, se concentrou na modernização dos seus mecanismos de funcionamento e produção. Aperfeiçoou os concursos para ingresso na Magistratura; procurou racionalizar os serviços; melhorou a capacitação do seu material humano; incrementou os juizados especiais; criou atendimentos volantes; tornou efetivos os benefícios previdenciais; organizou moderna gráfica para a produção de papéis da Justiça e publicação de obras; implantou a Escola Superior da Magistratura; aparelhou-se para a era de computação, criando serviço de informática de primeira linha - e uma série de outras inovações que traduzem progresso efetivo e esforço de adequação aos novos tempos, segundo informações divulgados pelo TJMT (2021).

É fato que desde a criação do método O.R.D.E.M. até os dias hodiernos o TJMT tem trabalhado incansavelmente com a finalidade de proporcionar aos cidadãos mato-grossenses uma justiça pautada na efetividade, produtividade e qualidade. E o resultado de todo esse esforço é a evolução significativa da classificação do TJMT junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O CNJ no Brasil é uma instituição pública que foi criado pela Emenda Constitucional nº. 45, tendo sido instalado no ano de 2005, sendo que este órgão surgiu da necessidade de aprimorar o trabalho do Poder Judiciário, com o cunho de controlar e dar maior efetividade à transparência administrativa e processual em todo o território nacional, conforme dados divulgados no sítio eletrônico do CNJ (2012).

O CNJ criou o Relatório Justiça em Números, a partir do ano-base de 2003, cuja finalidade é aferir a atividade judicial de todos os Tribunais do país e de suas unidades judiciárias, e para tanto, utiliza indicadores internacionalmente reconhecidos, tudo com o objetivo de constatar a eficiência e a economicidade de cada um deles, de acordo com CNJ (2012).

Segundo apurado no Relatório Justiça em Números no ano de 2021 o TJMT ficou em 2º lugar entre os 10 Tribunais de médio-porte do país e o 7º lugar no ranking nacional dentre os 27 Tribunais de Justiça Estaduais. Sendo que o TJMT pelo terceiro ano consecutivo permanece junto ao CNJ com selo ouro de qualidade entre os tribunais de médio porte. E tudo isso só foi possível graças ao alto investimento em recursos tecnológicos, o que possibilitou o aperfeiçoamento na entrega da prestação jurisdicional, consoante dados divulgados no site do TJMT (CNJ, 2022).

Método de Pesquisa

O uso do processo judicial eletrônico se popularizou no Brasil, entretanto, a população em geral sofre com a falta de padronização desses sistemas. Para os Professores Frederico Widson da Silva Dantas e Graciéla Farias Braz (2022) a transformação digital no Poder Judiciário Brasileiro se deu com o desenvolvimento de sistemas paralelos, o que causou confusão entre os usuários dos sistemas, veja-se:

O uso do processo eletrônico se generalizou e hoje, nos mais de noventa tribunais do País, estão em funcionamento vários sistemas diferentes, destacando-se entre os mais utilizados o PJe, o Projudi e o e-SAJ. O desenvolvimento paralelo de sistemas pelos tribunais trouxe grande diversidade de plataformas, dificultando o trabalho dos advogados, que sofrem com a falta de padronização entre as interfaces e meios de operação desses sistemas, sobretudo as pequenas bancas de advocacia, que não dispõem de serviços de assistência técnica qualificada.

No ano de 2015 o TJMT estava migrando os processos físicos para o sistema digital, e coexistiam vários softwares de controle processual, quais sejam: Apolo, Projudi, PJe, o que dificultava a obtenção fidedigna dos dados, conforme TJMT (2015).

Assim, surgiu a necessidade de centralizar as informações com vistas a dar sustentação e/ou subsidiar o desenvolvimento de sistemas de softwares acessórios, pretendendo, por objetivo final, constituir um banco de informações íntegras de todo o contexto do Judiciário Mato-grossense, ainda conforme TJMT (2015).

Diante disso foi aprovado a implementação do projeto piloto denominado OMNI, com o objetivo de integrar o banco de dados do judiciário mato-grossense em um único sistema. Desta maneira para entender sobre esse recente programa de dados foi realizada entrevista com o Gestor de projetos de Software - Uiller Del Prado. Na figura 1, tem-se a imagem do entrevistado.

Figura 1. Imagem do Entrevistado



Fonte: Acervo dos autores - entrevistado Uiller Del Prado, Samira V. Farias, Felipe C. Aquino (2022).

A entrevista foi realizada com o expert Uiller Del Prado, gestor de projetos de Software Big Data do TJMT. Possui graduação em Tecnologia de Sistemas de Informação, tecnólogo em Desenvolvimento de Sistemas de Softwares e Redes de Computadores, especialista em Gestão de Processos e Qualidade de Software, em *Big Data*, em *Machine Learning*, em *Google Cloud Data Engineer* (Coursera/Google). O Quadro 1 apresenta o perfil do entrevistado e os dados da entrevista.

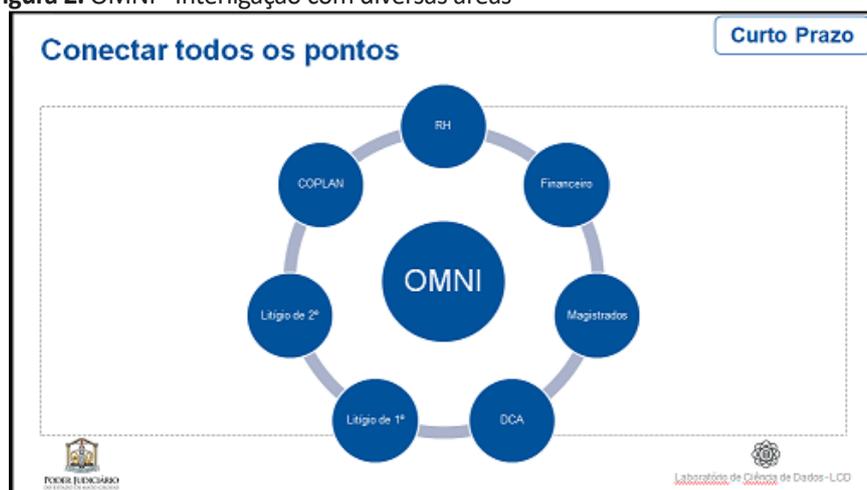
Quadro 1. Dados da entrevista e do entrevistado

Entrevistado	Uiller Del Prado
Dia	20/10/2022
Modo de Realização	Presencial - DAPI (TJMT)
Cargo/Função	Analista Judiciário - Gestor de Software
Anos de Carreira	17 anos
Duração	19min e 03seg
Páginas degravadas	4

Fonte: Acervo dos autores (2022).

No Brasil de 2022, os processos judiciais do TJMT já estão 100% digitais, englobados no PJe, conforme o preconizado pelo CNJ. Entretanto, a utilidade do OMNI vai além: também disponibiliza informações (de processos, pessoas, unidades judiciárias, documentos, entre outros), conforme Figura 2.

Figura 2. OMNI - Interligação com diversas áreas



Fonte: TJMT- DAPI. Objetivos do OMNI (2015).

Assim, para explicar a utilização da ferramenta OMNI na coleta de dados, dentre os métodos utilizados para a pesquisa, optou-se pela entrevista semiestruturada com o desenvolvedor da referida ferramenta tecnológica, com prévio encaminhamento ao entrevistado de roteiro de pesquisa com tópicos baseados nos objetivos do estudo.

Entrevista com o Expert

Conforme descrito em linhas anteriores, foi entrevistado o analista do TJMT - Uiller Del Prado, pois é pioneiro no desenvolvimento de programas de inovação aplicáveis na gestão da justiça do TJMT, vez que participou da criação, no ano de 2005, bem como coordenou, no ano de 2015, a implementação do Projeto OMNI.

O entrevistado recebeu previamente o roteiro contendo as perguntas que seriam realizadas, oferecendo-se ciência a respeito do objeto de estudo e sua finalidade. A entrevista foi realizada presencialmente no dia 20 de outubro de 2022 na sede do TJMT, e contou, ao final, com 19min03seg de áudio gravado e 04 páginas escritas com o literal conteúdo das falas do expert. A pesquisa de modelagem exploratória contribuiu cientificamente ao trazer a percepção e a experiência, onde foram apontadas as percepções do expert em inovação no Poder Judiciário.

Segundo o entrevistado o nome do projeto e sua definição podem ser assim explicados:

O OMNI é uma palavra que vem do latim, que significa o todo, a união de um todo, e representava bem o que a gente queria entregar com o projeto em questão, que era a unificação de dados de todo o Poder Judiciário né. É, ele é um pouco de cada uma dessas coisas. Ele é um sistema, um programa de dados, é basicamente ele é composto por uma centralização de dados do 'techniques', é uma base de dados, ele é também um programa de dados, e uma ferramenta de análise de dados que também recebe um nome mais incrementado chamado *analytics*.

Acerca das funcionalidades e benefícios do OMNI atinentes a gestão de processo no Poder Judiciário de Mato Grosso, o entrevistado aduziu:

A grande entrega de valor da ferramenta como um todo, ela vem no sentido de disponibilizar informações da nossa cadeia produtiva de modo que o tomador de decisão, seja ele um juiz auxiliar, seja ele o presidente, o corregedor, um diretor de departamento, um gestor de área, é até mesmo o escrivão que tá lá na ponta, no menor nível ali do operacional, é eles conseguem através do uso da ferramenta entender o que está acontecendo com a Unidade, com a Comarca, com a Vara, com o Estado, com a sua Região. É, e são informações tabuladas, informações tratadas de modo que ele consegue responder perguntas.

Indicou o expert sobre os objetivos da ferramenta OMNI:

Um dos objetivos da ferramenta é responder o máximo de perguntas ainda que nós não saibamos qual o usuário queira fazer. É, então o usuário tem a possibilidade de responder rapidamente a perguntas, a análise, a pesquisas, a tendências, entender o que tá acontecendo, entender o que tá ruim na linha de produção, tão logo pintado como vermelho, entender o que tá bom, tão logo pintado como verde né. Então, informação para sustentar a tomada de decisão é a grande entrega de valor desse projeto como um todo.

Com relação ao tempo de atualização dos dados no OMNI o entrevistado esclarece que:

Hoje tem muito investimento na cultura do usuário, no treinamento do usuário, na especialização do usuário para que ele faça o máximo uso da ferramenta. É, e em tempos de frequência de atualização (...) todas as audiências que foram realizadas, sentenças que foram proferidas, toda movimentação processual, a movimentação de servidores, bem como a movimentação financeira, tudo que aconteceu durante a operação de negócio do dia do Judiciário vai estar disponível amanhã de manhã. Então, hoje pela manhã nós conseguimos enxergar tudo que aconteceu de ontem para trás (...) a gente costuma dizer que hoje a informação está disponível em "D-1", fazendo um pouco do uso do conceito do mundo das finanças.

Com relação aos projetos futuros com a ferramenta OMNI:

(...) nossa expectativa doravante é reduzir o tempo de atualização dos dados, de modo que a gente possa ser mais "real time" possível, porque ainda que seja uma entrega de valor altamente expressiva para o Poder Judiciário, trabalhar em "D-1" existem algumas situações como as medidas de

urgência, as protetivas, que requerem uma velocidade em tempo real. (...) nosso objetivo futuro é chegar nesse “real time” da informação de modo que entrou algo urgente para ser apreciado na unidade o Magistrado, automaticamente, já receba no seu celular um alerta (...) seja estimulado a impulsionar aquele feito, a fazer com que as coisas aconteçam.

Ainda, com relação aos projetos futuros e ao tempo de atualização dos dados no OMNI o entrevistado esclarece que os resultados práticos que o OMNI obteve desde a sua criação (2005) e os desafios futuros do OMNI a serem enfrentados:

(...) na prática nós conseguimos fazer com que o Poder Judiciário seja orientado a dados (...) num processo quase que de observação do gestor, do coordenador. (...) a grande entrega de valor, a ruptura, é a quebra de paradigma no processo de gestão de administração do Poder Judiciário (...) uma visão mais holística, 360 graus de todas as áreas (...) jurisdição como um todo. Então, é essa entrega de valor é o que a gente conseguiu obter de resultado prático desde o início da implantação do projeto.

O expert refrisa as preocupações para o futuro na utilização da ferramenta OMNI:

Em termos futuros nós acreditamos existir uma linha, projetos e tendências já bem delineadas no sentido de: (a) especialização da conduta dos usuários para que sejam críticos e analíticos para melhor leitura dos dados, (b) usuário em condições de criar relatórios, entender um pouco do conceito da estatística e o porquê utilizar aquela representação da informação, (c) especializar a informação para as micro necessidades de gestão. Porque é impossível um time de TI que está em camada mais estratégica, mais alta, conseguir atender até as melhores nuances de cada entrega de dados. Então, capacitar cada vez mais o usuário é também um dos nossos desafios futuros.

E por fim, o entrevistado deixa uma reflexão acerca da tomada de decisão orientada por dados, conforme o que se segue:

Eu acredito que num contexto (...) estratégico e de alto nível, tendo uma visão um pouco mais de mundo dos dados, (...) pois, cada vez mais a tecnologia estará presente e envolvida nos negócios, dentre eles o serviço de justiça (...) ter informação em tempo real, sentir o que tá acontecendo na prática e tomar a decisão para corrigir algum problema. Então, a grande mensagem que fica é a orientação aos dados a ser incluída cada vez mais nos negócios.

Da entrevista realizada pode-se concluir que é necessário rever a gestão da administração da Justiça, como previsibilidade de decisões e resultados eficazes, discutindo, compartilhando e revendo as formas de coleta, manipulação e publicização dos dados, para assegurar maior segurança jurídica. Para isso é essencial que possamos fazer que a tecnologia esteja a favor da melhoria da prestação jurisdicional, e não o contrário, conforme Oliveira e Cunha (2020).

Análise de Dados - Gestão Judiciária do TJMT

Um dos itens avaliados pelo Relatório Justiça em Números do CNJ diz respeito à Gestão Judiciária, onde é analisado, dentre outros, o prazo de duração do processo, esclarecendo o período de permanência e dinâmica do acervo e o período decorrido até a sentença e até a baixa definitiva

do processo. Dessa forma, para compreender se o Judiciário está se portando de maneira eficiente e satisfatória, o CNJ leva em consideração alguns parâmetros, tais como: o número de casos novos, de processos pendentes, de processos baixados e de sentenças proferidas.

É importante ressaltar que, conforme o glossário da Resolução CNJ 76/2009, consideram-se baixados os processos: a) Remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) Remetidos para as instâncias superiores ou inferiores; c) Arquivados definitivamente; d) Em que houve decisões que transitaram em julgado e iniciou-se a liquidação, cumprimento ou execução. Os casos pendentes, por sua vez, são todos aqueles que nunca receberam movimento de baixa, em cada uma das fases analisadas.

E esses parâmetros são centralizados em um índice denominado taxa de congestionamento, que mede o percentual de processos que ficaram parados sem solução, em relação ao total tramitado no período de um ano. Quanto maior o índice, mais difícil será para o Tribunal lidar com seu estoque de processos.

Por essa razão iremos analisar os dados do Justiça em Números desde a implementação do OMNI com a finalidade de avaliar o desempenho do TJMT e verificar se a ferramenta digital está trazendo benefícios na gestão de processos. Assim, considerando que os relatórios do CNJ têm como base o ano anterior passaremos a análise de dados a partir do ano de 2016 (ano base 2015 - implementação do OMNI) até os dias atuais, conforme o Quadro 2.

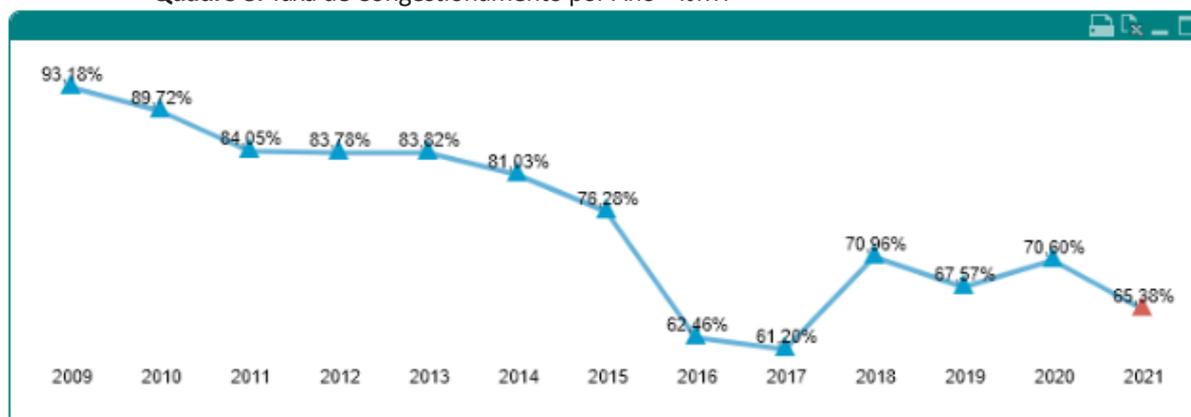
Quadro 2. Gestão Judiciária - TJMT - Mato Grosso em 2022

ANO	CASOS NOVOS	PENDENTES	BAIXADOS	SENTENCIADOS
2016	504.170	1.012.966	518.815	588.744
2017	469.977	1.026.027	525.558	400.148
2018	462.606	1.034.607	546.186	442.423
2019	467.767	967.849	529.240	400.504
2020	390.713	884.156	449.253	379.598
2021	427.286	866.389	460.421	414.136

Fonte: CNJ Justiça em Números - Painel Interativo - Gestão Judiciária TJMT (2022).

No Quadro 2 é possível verificar que o número de casos novos tem se mantido constante, enquanto isso o número de processos baixados e sentenciados tem se mantido em uma média que influenciou a baixa do estoque de processos pendentes. No Quadro 3, tem-se a taxa de congestionamento apresentada pelo TJMT ao longo dos anos.

Quadro 3. Taxa de Congestionamento por Ano - TJMT



Fonte: CNJ - Taxa de congestionamento TJMT (2021).

Dos dados demonstrados o que se pode observar é que o TJMT no ano de 2021 alcançou a segunda menor taxa de congestionamento dos tribunais de médio porte segundo o CNJ, perdendo apenas para o TJBA que no mesmo ano alcançou o índice de 43,94%. Esse excelente desempenho se dá principalmente pela diminuição do número de processos pendentes (cerca de 200 mil processos) e dos casos novos que sofreram alterações significativas, nos anos de 2016 a 2021.

Com relação ainda a taxa de congestionamento, pode-se verificar que apesar da melhora das médias aritméticas dos anos, a relação de piora de casos baixados e sentenciados eleva a taxa de congestionamento, apesar da melhora no desempenho do Tribunal em relação aos processos pendentes. Em relação a diminuição dos casos novos, pode ter se dado em virtude da vigência do novo diploma processual civil que tem contribuído para a construção de uma sociedade igual, democrática e justa, conseguindo minimizar a cultura do litígio e da solução judicial centrada na figura do juiz pela via da composição dialógica e extrajudicial dos conflitos, segundo Cambi e Vasconcellos (2016).

Quanto a melhora nos índices de casos pendentes, pode-se verificar que dentre as funcionalidades da ferramenta OMNI, o TJMT foi capaz de verificar e listar o número de processos sem resolução há mais de 100 dias (meta 2 CNJ) e começar a priorizar os processos que estão parados há mais tempos para então sentenciá-los. O que reduz o prazo de duração do processo, e pode explicar a melhora do desempenho do Tribunal nesse item.

Foi verificado nos dados de processos baixados e de processos sentenciados que houve uma piora nos anos observados, o que demonstra que apesar das melhoras na tramitação do processo, a entrega efetiva do trabalho que é a resolução do conflito, ainda deve ser melhorada.

O desempenho do TJMT na gestão judiciária tem melhorado ano após ano, muito porque hoje possui um sistema preditivo de dados que indica aos gestores, magistrados e servidores, os processos que necessitam de atendimento imediato, e os processos que estão parados há mais tempos para então sentenciá-los, o que reduz o prazo de duração do processo. Entretanto, este ainda é insuficiente com relação a entrega de processos sentenciados e baixados, o que impacta na taxa de congestionamento do Tribunal e na entrega da efetiva prestação jurisdicional.

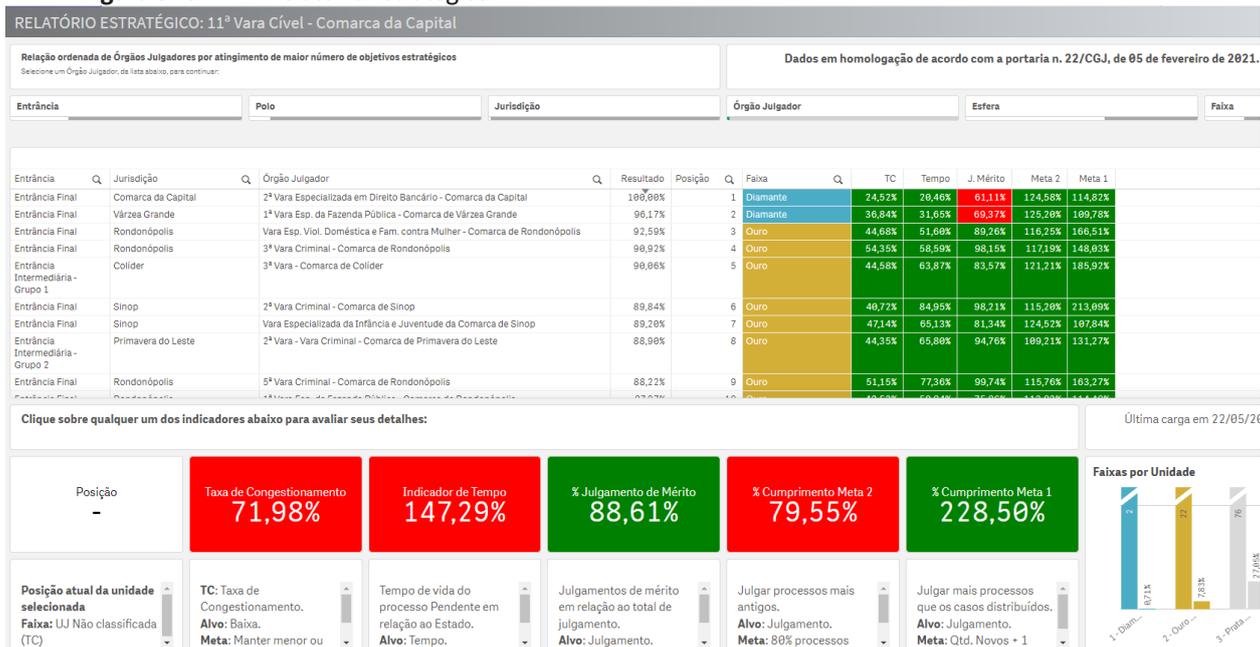
Utilização do Sistema OMNI na Comarca de Cuiabá

Com a finalidade de demonstrar os resultados concretos utilizando-se da ferramenta OMNI na coleta de dados, foi escolhida a 11ª Vara Cível de Feitos Gerais da Comarca de Cuiabá/MT como objeto de análise. É importante destacar que essa lotação foi criada no mês de janeiro de 2015, através da Resolução nº 022/2014/TP, disponibilizada no dia 15 de janeiro de 2015, no Diário da Justiça Eletrônico/MT, editada pelo Departamento do Tribunal Pleno do TJMT.

A presente Resolução nº 022/2014/TP determinou a alteração da “nomenclatura da 3ª Vara Especializada de Família e Sucessões da Comarca de Cuiabá,” que passou a “denominar-se 11ª Vara Cível”; bem como estabeleceu a suspensão da distribuição de processos às demais Varas de Feitos Cíveis Gerais existentes até que a 11ª Vara Cível atingisse o total de 5.000 processos distribuídos. A título de complementação a Vara Cível de Feitos Gerais, conforme art. 26 do CPC tem-se como competência o processamento e o julgamento de feitos de natureza cível ou comercial, salvo os de competência das Varas Especializadas (CPC, 2015).

Diante dessas informações preliminares e tendo em vista que o sistema OMNI começou a ser operacionalizado a partir do ano de 2015, será abordado o painel orientativo denominado taxa de congestionamento. A fim de que se possa localizar onde se encaixa esse painel, é importante esclarecer que é parte de um dos subitens localizados no painel geral denominado “relatório estratégico da 11ª Vara Cível” da comarca da capital - Cuiabá. Desta maneira, sendo retirados os dados do dia 22 de maio de 2023 apresenta-se o resultado na Figura 3.

Figura 3. OMNI - Relatório Estratégico



Fonte: TJMT-OMNI (2023).

A Figura 3 ilustra a base relatório estratégico, agora para o mês de maio de 2023, que possui os seguintes painéis: (a) taxa de congestionamento, (b) indicador de tempo, (c) % julgamento de mérito, (d) % cumprimento meta 2, (e) % cumprimento meta 1. Como o objetivo do trabalho é aguçar algumas funcionalidades que facilitam o trabalho da secretaria e da assessoria na gestão da Vara, será abordado apenas uma de suas funcionalidades.

A funcionalidade tema é o painel da taxa de congestionamento, o qual é medido através da imposição de uma meta, sendo que a taxa auferida no ano de 2023 é de 67,81%. Sendo assim, tendo como base as metas estabelecidas pelo CNJ, o TJMT estipula uma meta específica para seu órgão, bem como cobra o atingimento desse índice de suas unidades judiciárias. O cálculo é realizado individualmente e por lotação, utilizando o quantitativo de processos pendentes e baixados no período de 12 meses, o qual traz um número de processos que devem ser baixados para o alcance da meta. É possível visualizar o painel proposto na Figura 4.

Figura 4. Painel Taxa de Congestionamento



Fonte: TJMT- OMNI (2023).

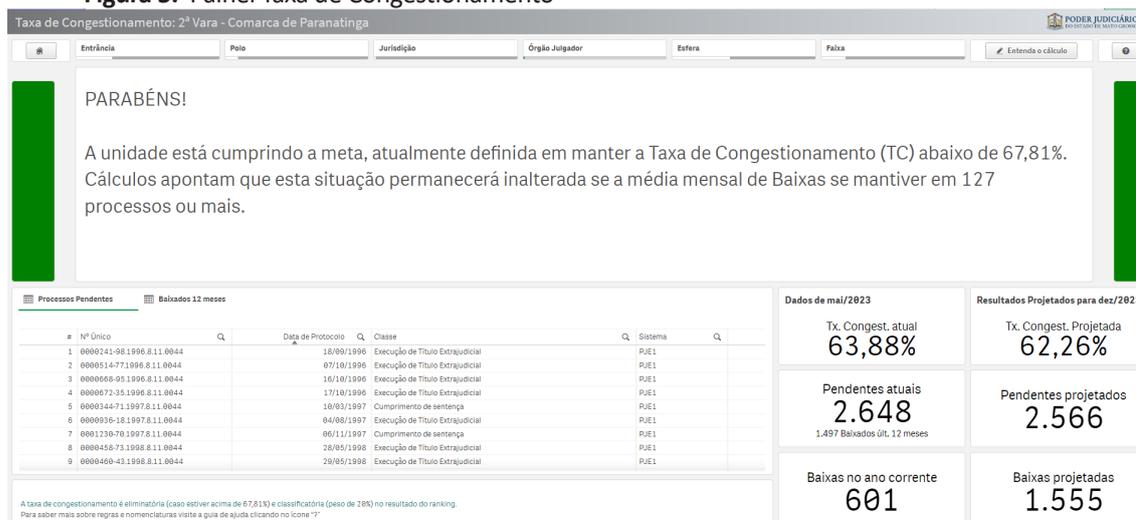
Como resultado parcial da 11ª Vara Cível, que é atualizado diariamente, a lotação possui uma taxa de congestionamento de 71,98%, atualmente fora da meta pré-estabelecida de 67,81%. Nesse contexto, somente no ano de 2023 foram baixados 1.545 (um mil quinhentos e quarenta e cinco) processos. E nos últimos 12 (doze) meses foram baixados um total de 1.545 (um mil quinhentos e quarenta e cinco) processos.

Com o resultado obtido é possível concluir que a lotação não conseguiu atingir a meta. Contudo, é possível concluir que o sistema OMNI auxilia os servidores, o gestor da secretaria e o magistrado na análise da situação organizacional, bem como ajuda no direcionamento de trabalho para áreas que estão pendentes. Da análise dos dados de taxa de congestionamento da 11ª Vara Civil, dentre inúmeros que o sistema disponibiliza, é possível verificar que o programa de dados se mostra útil e eficaz na regulação e gestão de processos.

Utilização do Sistema OMNI em Paranatinga

Na Comarca de Paranatinga, Mato Grosso, foi escolhida a 2ª Vara Criminal e Cível para a coleta de dados concretos utilizando-se da ferramenta OMNI como objeto de análise. No dia 22 de maio de 2023 ao realizar consulta na ferramenta OMNI, no painel geral denominado “relatório estratégico: 2ª Vara” foi mostrado o resultado que se segue.

Figura 5. Painel Taxa de Congestionamento



Fonte: TJMT-OMNI (2023).

Com o resultado obtido é possível concluir que a lotação conseguiu cumprir a meta estabelecida pelo CNJ até a presente data, eis que possui taxa de congestionamento de 63,92%, posto que conforme informado alhures a meta pré-estabelecida neste ano de 2023 é de 67,81%. Nesse contexto, somente no ano de 2023 foram baixados 601 (seiscentos e um) processos. E nos últimos 12 (doze) meses foram baixados um total de 1.497 (mil quatrocentos e noventa e sete) processos. Sendo que o êxito no cumprimento da meta nesta Unidade Judiciária é atribuído ao uso do Sistema OMNI com foco na baixa do estoque processual.

Considerações Finais

Com base na análise dos resultados alcançados pelo TJMT, verifica-se que a utilização da ferramenta digital tem impactado diretamente na celeridade processual.

Esse resultado é evidenciado através do relatório da Justiça em Números divulgado pelo CNJ, o qual se depreende que o TJMT tem conseguido ano a ano, diminuir o número de processos

pendentes e melhorar a taxa de congestionamento processual.

Entretanto, pode-se observar também que apesar do desempenho geral ter melhorado, o número de processos baixados e sentenciados têm apresentado uma tímida piora nos anos observados. Demonstrando que apesar das melhorias no tempo de tramitação do processo, a entrega efetiva do trabalho que é a resolução do conflito, ainda deve ser melhorada.

O OMNI tem se apresentado como uma ferramenta tecnológica de alto valor agregado e de potencial estratégico para a orientação de gestores na tomada de decisões do TJMT, visto que indica quais processos necessitam de atendimento imediato, melhorando, assim, a prestação jurisdicional. Contudo, esta plataforma digital ainda carece de divulgação e de treinamento do usuário, para que ele faça o máximo uso da ferramenta.

Por fim, importa salientar que esta pesquisa teve um alcance limitado, e futuros estudos podem contribuir para ampliar essa discussão, trazendo inclusive, o ponto de vista dos servidores e gestores sobre o tema. Ademais, espera-se que a experiência positiva do TJMT possa servir de inspiração para que outros Tribunais implementem modelos tecnológicos similares e igualmente assertivos.

Referências

ARANTES, Érica Brenda do Nascimento; CAVALCANTE, Patrícia Silva. A inserção do uso da tecnologia da Informação e comunicação no Poder judiciário: Efetividade dos Princípios Processuais. **Revista jurídica do MPRO**. Rondônia – RO, ano 1 nº 2 – jul.-Dez/2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 05 de outubro de 1988.

BRASIL. Código de Processo Civil. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Brasília, DF: Senado Federal. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 17 de março de 2015.

BRASIL. **Resolução nº 76 de 12 de maio de 2009**. Brasília, DF: Presidente do Conselho Nacional de Justiça. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, Seção 1 - nº 109/2009, de 10/06/2009, p. 102-103.

CAMBI, Eduardo; VASCONCELOS, João Paulo A. Desjudicialização de políticas públicas e o Novo Código de Processo Civil – Contributo do Ministério Público e da Advocacia Pública à solução extrajudicial de conflitos. **A&C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional**. Belo Horizonte - MG, ano 16 - n. 64, abril/junho - 2016.

COELHO, João Victor de Assis Brasil Ribeiro. **Aplicações e Implicações da Inteligência Artificial no Direito**. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação). Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, 2017.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ. **Justiça em Números** - Painel Interativo - Gestão Judiciária. Disponível em: https://paineis.cnj.jus.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=qvw_l%2FPainelCNJ.qvw&host=QVS%40neodimio03&anonymous=true&sheet=shResumoDespFT. Acesso em: 10 de novembro de 2022.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ. **Justiça em Números** - Painel Interativo - Gestão Judiciária. Taxa de Congestionamento TJ/MT. Disponível em: https://paineis.cnj.jus.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=qvw_l%2FPainelCNJ.qvw&host=QVS%40neodimio03&anonymous=true&sheet=shResumoDespFT. Acesso em: 10 de novembro de 2022.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ. **Justiça em Números permite gestão estratégica da Justiça**

há 10 anos. [S.L] 2015. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/justica-em-numeros-permite-gestao-estrategica-da-justica-ha-10-anos/196155784>. Acesso em: 08 de maio de 2023

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ. **Quem somos?** [S.L] [2012] Ano provável. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/sobre-o-cnj/quem-somos/>. Acesso em: 15 de outubro de 2022.

DANTAS, Frederico Widson da Silva; BRAZ, Graciéla Farias. Inteligência Artificial no Poder Judiciário Brasileiro. Porto-Portugal, 2022. **Revista Jurídica Portucalense**, 2022, nº Especial (vol.II), Direito Processual Civil - Os Desafios do Desenvolvimento Sustentável Global e Digital.

OLIVEIRA, Fabiana Luci de.; CUNHA, Luciana Gross. Os indicadores sobre o Judiciário brasileiro: limitações, desafios e o uso da tecnologia. **Revista de Direito FGV**, São Paulo, v. 16 n. 1, 2020.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **Trajetória do Tribunal de Justiça de Mato Grosso: 130 anos.** Entrelinhas, Cuiabá, 2005.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO - TJ/MT. **O judiciário é história!** [S.L] 2019. Disponível em: <http://145anostjmt.tjmt.jus.br/>. Acesso em: 15 de outubro de 2022.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO - TJ/MT. **OMNI.** Relatório Estratégico 11ª Vara Cível da Comarca de Cuiabá [S.L] 2023. No prelo.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO - TJ/MT. **OMNI.** Taxa de Congestionamento 11ª Vara Cível da Comarca de Cuiabá. [S.L] 2023. No prelo.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO - TJ/MT. **OMNI.** Taxa de Congestionamento 2ª Vara Comarca de Paranatinga. [S.L] 2023. No prelo.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO - TJ/MT. **História do TJMT.** [S.L] [2021] Ano provável. Disponível em: https://memorial-mc.tjmt.jus.br/portalmemorial-arquivos-prod/cms/Historia_do_TJMT_bf28bf683d.pdf. Acesso em: 08 de maio de 2023.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO - TJ/MT. **Relatório do CNJ:** TJMT registra taxa de congestionamento abaixo da média nacional. [S.L] 2022. Disponível em: <https://www.tjmt.jus.br/Noticias/70590#.ZFlnInbMJhE>. Acesso em: 08 de maio de 2023.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO - TJ/MT. **Resolução nº 22 de 01 de dezembro de 2014.** [S.L] 2014. Tribunal Pleno TJ/MT. Disponível em: <http://www.tjmt.jus.br/INTRANET.ARQ/downloads/Corregedoria/Noticias%20da%20Corregedoria/file/2015/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2022%202014%20TP.pdf>. Acesso em: 23 de maio de 2023.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO. **Departamento de Aprimoramento da Primeira Instância (DAPI).** Termo de Abertura do Projeto. [S.L] 2015. No prelo.

APÊNDICE 1 – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA



1

Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) do Campus Universitário Araguaia -
Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

Ao Senhor Uiller Del Prado

Gestor de Projeto Software - DAPI

Tribunal de Justiça de Mato Grosso

Prezado Uiller Del Prado, desejamos lhe encontrar bem de saúde. Somos pesquisadores da pós-graduanda do Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública Lato Sensu, e-G@V em *Compliance* EaD – Turma I (2021), e juntamente com a Dra. Sandra Negri, coordenadora da pesquisa, gostaríamos de lhe entrevistar. Sendo que gravaremos em áudio as suas respostas e degravaremos o conteúdo para utilização em material a ser submetido para futura publicação em revista científica: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/issue/view/118>.

Termo de consentimento livre e esclarecido (T.C.LE) para pesquisas com seres humanos. Prezado Uiller Del Prado, o senhor está sendo convidado a participar de pesquisa sobre o desenvolvimento e aplicabilidade da ferramenta OMNI que opera na gestão de processos do Tribunal de Justiça de Mato Grosso. A referida pesquisa é desenvolvida pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e sua participação é voluntária e sua identificação será preservada, exceto se nos permitir a publicação. As informações obtidas serão utilizadas para fins desta pesquisa acadêmica. Diante do esclarecimento e tendo a intenção de aceitar o convite, solicita-se que registre neste documento a sua anuência. Vossa Senhoria receberá o resultado da pesquisa. Registra-se, por fim, que poderá deixar de responder pergunta(s) do roteiro abaixo, até mesmo deixar de participar da pesquisa a qualquer tempo.

Segue uma sugestão de roteiro:

1. Nos conte, por gentileza, um pouco sobre sua trajetória profissional ligada a automatização e a gestão de processos no Tribunal de Justiça de Mato Grosso.
2. No projeto base do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, a criação do OMNI ocorreu em que ano e quando aconteceu a implementação?



Pós-Graduação
Gestão Pública EAD
e-G@V em compliance



2

3. Qual é o significado da sigla OMNI? Ele é um sistema ou um programa de dados, ou tem outra definição?
4. Quais são as funcionalidades e benefícios do OMNI atinente a gestão de processo no Poder Judiciário de Mato Grosso?
5. Quais são os objetivos do OMNI para o ano de 2022? Especialmente quanto ao tempo necessário para atualização dos dados, qual é o tempo atual e qual a perspectiva para o futuro?
6. Quais os resultados práticos que o OMNI obteve desde a sua criação e quais os desafios futuros do OMNI?
7. Algo a mais que deseja destacar?

Agradecemos e aguardamos que às 10h30min de 20 de outubro de 2022 estejamos juntos, em reunião presencial, para materializar a entrevista.

Com os melhores cumprimentos acadêmicos.

Barra do Garças - Mato Grosso (MT), 19 de outubro de 2022.

Felipe Coelho De Aquino

Cursista da Pós-Graduação em Gestão Pública UFMT

Loyne Borges Andrade

Cursista da Pós-Graduação em Gestão Pública UFMT

Samira De Vasconcellos Farias

Cursista da Pós-Graduação em Gestão Pública UFMT

Documento assinado digitalmente
gov.br SANDRA NEGRÍ
Data: 18/10/2022 18:02:00-0300
Verifique em <https://verificador.jf.br>

Dra. Sandra Negri

UFMT - Coordenadora Pós-Graduação
Gestão Pública *Lato Sensu*,

e-G@V em Compliance EaD – Turma I (2021)
Resolução CONSEPE nº. 165, de 26 julho de 2021
Portaria ICHS-CUA nº 036/2021, de 29 dezembro 2021
Lattes <http://lattes.cnpq.br/4243015563182385>
Fone: +55 (66) 99972.5417.

E-Mec - Curso Gestão Pública e-Gov em Compliance (Turma I)

Recebido em 31 de julho de 2023.
Aceito em 25 de setembro de 2023.